

GRELHA DE CORRECÇÃO

EXAME DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO AMBIENTE MESTRADO EM PRÁTICA JURÍDICA

DIREITO DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

ANO LECTIVO DE 2021/2022

Dia 6 de Janeiro de 2022

- I. Resolva o seguinte caso prático, apresentando respostas devidamente fundamentadas:

Manuel adquiriu um terreno rústico de cerca de 0.40 ha perto da Serra da Estrela no qual deseja instalar um retiro espiritual para caravanistas. Como não quer causar qualquer dano a espécies nativas, solicita ao ICNF informação sobre a fauna existente naquela zona.

Como passados dois meses não recebeu resposta do ICNF, apresentou um pedido de licenciamento do parque de caravanas à Câmara Municipal de Seia, descrevendo o conceito do retiro como “um local de intensa comunhão entre as pessoas e a Natureza”. A Câmara Municipal de Seia concedeu uma licença provisória, dado o interesse municipal do projecto, mas reservou-se o direito de a revogar caso o ICNF assinalasse a presença de alguma espécie protegida na zona.

Passados dois meses da abertura do retiro, Manuel é notificado pelo ICNF de que lhe foi aplicada uma contraordenação ambiental em razão da violação do regime da rede Natura 2000, uma vez que o seu retiro está instalado numa zona de protecção de espécies prioritárias constituída ao abrigo deste regime, intimando-o a repor o local como se encontrava antes da abertura.

- a) Poderia Manuel reagir ao silêncio do ICNF perante o seu pedido de informação?
Referir Lei 26/2016 / Prazos / Fundamentos de recusa / Queixa à CADA / Intimação
- b) O licenciamento da CM de Seia é válido?
Referir RAIA e RRN2000 / Invalidade por falta de Alcuidências e por reserva de revogação

- c) Como pode Manuel reagir à notificação do ICNF?
Referir norma habilitativa da competência do ICNF / Impugnação judicial / Separação competência entre ICNF e APA (reposição)
- d) Caso o ICNF considere que as intervenções de Manuel configuram danos à Natureza, como deverá proceder?
Referir RPRDE / Articulação ICNF – APA

II. Responda, fundamentadamente, a **DUAS** das questões seguintes:

1. Distinga os princípios do usuário-pagador e da recuperação
Referir LBA / Estabelecer diferenciação
2. O deferimento tácito constitui uma solução idónea para a tomada de decisão ambiental?
Referir normas que veiculam solução do deferimento tácito / Indicar valores em confronto / Referir princípios do Direito do Ambiente violados
3. Como se reflecte o dualismo jurisdicional na tutela do ambiente?
Referir artigo 4º ETAF / Critério relação jurídica administrativa

DURAÇÃO: 1H30

COTAÇÕES:

Grupo I: a) 2 val ; b) 4 val; c) 2 val ; d) 4 val (12 valores)
Grupo II = 8 val.